

- Relatório de Atividades do Núcleo Especializado

Núcleo: Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Coordenadora: Anaí Arantes Rodrigues

Período Compreendido: 01 de agosto de 2012 a 31 de janeiro de 2013

Número de Integrantes afastados:

Número de Integrantes afastados:

- Dia 01 de agosto de 2012 - 27 de agosto de 2012

- Três integrantes afastados - Anaí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva).

- Dia 07 de dezembro de 2012 até a presente data:

- Três integrantes afastados - Anaí Arantes Rodrigues (Coordenadora), Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar) e Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva)

Número de Integrantes Membros/Colaboradores:

Dia 01 de agosto de 2012 – 14 de novembro de 2012:

20 (vinte) integrantes: Anaí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Douglas Tadashi Magami (membro com dedicação exclusiva), Tatiana Semensatto de Lima Costa (1ª Defensoria Pública do NHABURB), Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Bruno Ricardo Miragaia Souza (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Lot da Silva Nunes (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Pires Pereira, Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), (7ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Jairo Salvador de Souza (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Maria Beatriz de Alcântara Sá (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando

Catache Borian, (13ª Defensoria Pública do NHABURB) e Carlos Eduardo Targino da Silva (14ª Defensoria Pública do NHABURB); Carlos Henrique Aciron Loureiro (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Dia 14 de novembro de 2012 até a presente data:

19 (dezenove) integrantes: Anaí Arantes Rodrigues (coordenadora), Ana C. F. Bueno de Moraes (Coordenadora Auxiliar), Sabrina Nasser de Carvalho (membro com dedicação exclusiva), Pedro Pereira dos Santos Peres (1ª Defensoria Pública do NHABURB) Ângela de Lima Pieroni Detoni (2ª Defensoria Pública do NHABURB), Alexandra Pinheiro de Castro (3ª Defensoria Pública do NHABURB), Douglas Tadashi Magami (4ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Nunes Pannain (5ª Defensoria Pública do NHABURB), Carolina Dalla Valle Bedicks (6ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernanda Tatari Frazão de Vasconcelos (8ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Hotz de Macedo Cunha (9ª Defensoria Pública do NHABURB), Cristina Emy Yokaichiya (10ª Defensoria Pública do NHABURB), Luisa Lins Veloso (11ª Defensoria Pública do NHABURB), Luís Marcelo Mendonça Bernardes (12ª Defensoria Pública do NHABURB), Fernando Catache Borian (13ª Defensoria Pública do NHABURB); Dione Ribeiro Basilio (14ª Defensoria Pública do NHABURB), Marina Neves de Campos Mello (15ª Defensoria Pública do NHABURB), Felipe Capra da Cunha Lopes (16ª Defensoria Pública do NHABURB) e Marina Costa Craveiro Silva (17ª Defensoria Pública do NHABURB).

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos

O Núcleo de Habitação e Urbanismo, no período objeto do presente relatório, seguiu atualizando o seu subportal com modelos de petição, legislação, jurisprudência e demais assuntos de interesse para atuação na temática da habitação e urbanismo. No período, foi enviado por e-mail dois informativos.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos

2.1. Medidas Judiciais e Extrajudiciais propostas isoladamente

A - Lista de ações propostas

PROCESSO	AÇÃO / OBJETO	FASE ATUAL
1. Autos do processo n. 0052446-98.2012.8.26.0053 (PA 45/2009 – Comunidade Nove do Julho)	Ação Civil Pública – Condenação à realização das intervenções urbanísticas necessárias à prevenção de enchentes da bacia do córrego Aricanduva e reparação pelos danos materiais e morais	Liminar negada e elaboração do recurso de agravo de instrumento
2. Autos do processo n. 0056059-29.2012.8.26.0053 (PA 62/2012 – Comunidade Zaki Narchi)	Ação civil pública – Inclusão das famílias em aluguel social e produção de habitação de interesse social na área de ZEIS 3 N 001	Liminar negada e elaboração do recurso de agravo de instrumento

B - Lista de ações extrajudiciais

B.1 – Reunião com moradores das comunidades que serão atingidos pelo Trecho Norte do Rodoanel e tratativas com a DERSA visando a garantia do direito à moradia das famílias. O núcleo vem acompanhando a questão da construção do Trecho Norte do Rodoanel, em especial no que diz respeito ao impacto social por conta das remoções. Nesse sentido, foi realizada. a) Reuniões com comissão de representantes das comunidades afetadas pelo Trecho Norte do Rodoanel; b) reuniões, junto com Ministério Público, na DERSA, para tratar da questão; c) participação em diversas

reuniões nas comunidades com a empresa que realizará a parte social da intervenção do Rodoanel (selamento, cadastramento, laudo etc).

B.2 – Visita às Comunidades vítimas de incêndio. No período foram realizadas duas visitas “in loco” de Comunidades que foram vítimas de incêndios, a Favela do Piolho e a Favela Fazendinha.

2.2. Medidas Judiciais propostas conjuntamente com Defensor Natural

No período, não foram propostas ações em conjunto com defensor natural. Porém, o Núcleo está elaborando uma ação civil pública fundamentando no dano urbanístico, dano ambiental e dano moral coletivo, a ser protocolada em fevereiro, juntamente com Dr. Jairo Salvador, defensor natural de São José dos Campos. A ação tem como base mais de 1000 (mil) procedimentos administrativos individuais instaurados na Unidade de São José dos Campos, além de relatórios psicológicos e sociológicos elaborados por membros do CAM.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas

Elaboração do folder “O problema das enchentes”, que aborda a responsabilidade do poder público quando há danos materiais e morais em razão da ocorrência de enchentes.

Também houve o lançamento da cartilha sobre o direito à moradia e regularização fundiária, que traz explicações sobre instrumentos de regularização fundiária: usucapião, concessão de uso especial para fins de moradia, permissão real de uso.

Organização de uma oficina, juntamente com o Ministério da Justiça, sobre alguns pontos da reforma do Código de Processo Civil, entre os quais a parte de possessórias, a realizada no dia 03 de agosto.

Realização, juntamente com o Ministério da Justiça, do Seminário: “Implementação dos Instrumentos de Regularização Fundiária: Experiências Práticas e o Papel do Poder Judiciário”, no dia 14 de dezembro de 2012, na sede da Defensoria Pública.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas

O Núcleo Especializado, nesse semestre, enfatizou o intercâmbio entre as mais diversas entidades, sejam públicas ou privadas, para execução de suas atividades.

Essa postura pode ser elucidada por meio dos seguintes exemplos:

4.1. Manutenção e aprimoramento do convênio com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Escritório Modelo da Pontifícia Universidade Católica - EM/PUC.

Importante frisar que esses convênios, para além de um mecanismo de encaminhamento de casos, mostram-se importantes por manter um canal aberto de diálogo e troca de experiências entre a instituição e os conveniados, de fundamental importância. Por exemplo, são diversas as ações que são acompanhadas de forma conjunta entre a Defensoria Pública e o Escritório Modelo, sendo que a primeira é responsável pelas questões jurídicas e o segundo pela parte técnico-social, tendo em vista que o Núcleo não dispõe de profissionais na área. Estabelecemos uma dinâmica de realização de reuniões a cada dois meses com ambas as entidades.

4.2. Preparação da IV Jornada da Moradia.

Neste período se intensificou a atuação para a organização da IV Jornada da Moradia Digna, que será realizada nos dias 02 e 03 de março de 2013. Neste período realizaram diversas reuniões para a organização do evento, bem como da organização das Pré-Jornadas.

No período foram realizadas três Pré-Jornadas: zona sul, zonal oeste e centro. Estes eventos foram realizados aos sábados, sendo que no período da manhã ocorre a visita em diversas comunidade e no período da tarde ocorre a plenária.

4.3. Diálogo constante com o Ministério Público Estadual. O Núcleo de Habitação também exerceu atividades em conjunto com o Ministério Público, principalmente participando de reuniões com promotores, juntamente com a comunidade ou órgãos públicos, como no caso do Trecho Norte do Rodoanel, Viela da Paz, Manacá, Alto da Alegria etc.

4.3. Atuação conjunta com o Ministério Público Federal. O Núcleo de Habitação em parceria com o Ministério Público Federal, a pedido do Comitê Popular da Copa de São Paulo, organizou uma audiência pública para a tratar dos impactos sociais da Copa. A audiência pública será realizada no dia 02 de fevereiro na Câmara dos Vereadores

4.4. Pedido de convênio técnico. O núcleo está acompanhando, junto à assessoria de convênios, pedido de realização de convênio com órgãos, ONGs ou instituições que possam dar apoio técnico às demandas na área de habitação e urbanismo.

4.5. Lançamento do Portal do “Observatório das Remoções” – O observatório é resultado de um trabalho conjunto entre os Laboratórios de Direito à Cidade (LabCidade) e de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Serviço de Assessoria Jurídica da Faculdade de Direito da USP, o Escritório Modelo da PUC-SP, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e movimentos de moradia como a Central de Movimentos Populares (CMP), a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM). O objetivo é organizar as informações sobre as comunidades atingidas por remoções recentes no município, tornando-as acessíveis ao público em geral. O lançamento do sítio eletrônico foi realizado no dia 31 de outubro, na sede da Defensoria Pública.

4.6. Acompanhamento do tratamento judicial da concessão de uso especial para fins de moradia. Depois de reuniões com o Instituto Pólis e outros membros do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico para discutir formas de monitorar o tratamento que a Concessão Especial de Uso para Fins de Moradia vem recebendo nos tribunais. Neste sentido, foi realizado, como já mencionado, um seminário, juntamente com o Ministério da Justiça. A Defensoria Pública atua como *amicus curiae* no incidente de arguição de inconstitucionalidade do instituto, tendo elaborado manifestação pela constitucionalidade, bem como despachado memoriais com os desembargadores e realizado sustentação oral no Órgão Especial.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado

A Defensora Pública Ana Bueno já foi indicada para ser membro titular integrante do Conselho Estadual de Saneamento, porém até a presente data não houve nomeação pelo Governador do Estado.

Em 28 de novembro de 2012 ocorreu a reunião anual do CONESAN, com a participação do então membro, Dr. Douglas Tadashi Magami, sendo aprovada a proposta da Secretaria de Saneamento de criação de câmaras técnicas, de caráter consultivo, para subsidiar o trabalho do conselho relativo a questões de saneamento.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado

Além dos já citados compilação e encaminhamento de jurisprudências, sugestões de atuação, modelos, notícias etc. relacionados ao tema, o Núcleo Especializado está permanentemente à disposição dos defensores naturais para esclarecimento de dúvidas, auxílio em casos específicos, troca de ideias sobre questões variadas ou qualquer outra demanda que se fizer presente.

Ademais, no período iniciamos a realização de reuniões com membros do CAM, Plantão Cível e Fazenda Pública objetivando a formação de um Grupo de Trabalho na área da Habitação visando traçar uma atuação estratégica da Defensoria Pública no ajuizamento de ações judiciais referente ao tema.

Também no período o Núcleo de Habitação, por meio da Coordenação, apresentou uma tese institucional no V Encontro de Defensores Públicos, tendo sido aprovada por unanimidade. A tese trata da impossibilidade de remoção forçada de pessoas pelo Poder Público com base exclusivamente no Poder de Polícia.

7) Acionamento de Cortes Internacionais

Não foi acionada nenhuma Corte Internacional nesse período.

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

Considerando que o Plano de Atuação da Defensoria Pública vigente foi aprovado recentemente pelo E. Conselho Superior, vale esclarecer que no período a que se refere esse relatório, as principais ações do núcleo no sentido de implementar o plano foram: acompanhamento administrativo e judicial de casos em que há risco ao direito à moradia e à cidade, com especial atenção a casos em que a comunidade se encontra em área de risco; atuação judicial e extrajudicial com vistas a evitar a prática de remoções compulsórias; realização do evento da IV Jornada da Moradia Digna; participação de reuniões para discussão de projetos de lei afetos à temática; continuidade da execução do projeto de regularização fundiária do Jardim Jaqueline.

Ainda, vale observar que o núcleo já instaurou procedimento administrativo referente a cada uma das propostas aprovadas no III Ciclo de Conferências, para que sejam tomadas providências no sentido da sua implementação. Sobre isso, destaca-se: o convite a todos os núcleos especializados da Defensoria Pública para realizar uma oficina no segundo dia da IV Jornada da Moradia Digna; elaboração de cartilha e folders para educação em direitos na temática da habitação e urbanismo; participação do Comitê Popular da Copa, com a realização de uma audiência pública para discussão dos impactos sociais da Copa de 2014; acompanhamento do processo de construção do Trecho Norte do Rodoanel, objetivando evitar os prejuízos gerados por essa intervenção pública; participação de reuniões e sobre a legislação referente a áreas de ZEIS; fomento do debate na instituição, em especial com demais núcleos, sobre formas de efetivação da Deliberação 139, pelo que passa a descentralização da atuação na tutela coletiva afeta à temática da habitação e urbanismo, criação de um Grupo de Trabalho de Habitação para discutir a atuação estratégica da Defensoria Pública na área.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais

Como já mencionado, no período, foi lançado o folder “O Problema das enchentes”, que aborda a responsabilidade do poder público quando há danos materiais e morais em razão da ocorrência de enchentes - Anexo 1.

Também houve o lançamento da cartilha sobre o direito à moradia e regularização fundiária, que traz explicações sobre instrumentos de regularização fundiária: usucapião, concessão de uso especial para fins de moradia, permissão real de uso – Anexo 2.

Também, neste tópico, destaca-se o Seminário realizado juntamente com Ministério da Justiça que tratou do instituto da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, bem como a organização da Audiência Pública, juntamente com o Ministério Público Federal, para discutir os impactos sociais da Copa de 2014.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências

A Defensora Pública Ana Bueno de Moraes passou, na qualidade de Secretária-Geral da Comissão, participa da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias. No período foi realizada uma reunião ordinária na cidade de Belo Horizonte.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade

O núcleo manteve o canal aberto para o debate, realizando reuniões, com representantes de instituições e entidades ligados à temática da habitação para, conjuntamente, estabelecer temas prioritários de atuação e construir eventuais políticas públicas visando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade

O Núcleo de Habitação vem discutindo com outras entidades que trabalham com a temática da habitação algumas possibilidades/necessidades de atuação no sentido de alterações legislativas.

A coordenação continua a acompanhar o trâmite do Projeto de Lei nº 572/2005, que cria Comissão Especial de Análise de Despejos. Também está elaborando, juntamente com a APADEP, um projeto de lei no mesmo sentido em âmbito municipal.

Além disso, o núcleo tem acompanhado o processo de reforma do Código de Processo Civil, especificamente da parte referente às possessórias.

13) Outras ações desenvolvidas

A - Projeto Jardim Jaqueline. Trata-se de um projeto de regularização fundiária do Jd. Jaqueline, que está sendo executado em parceria com o Ministério das Cidades. No período compreendido no presente relatório, o núcleo realizou diversas reuniões com a empresa contratada para finalizar o contrato, especialmente com a entrega do banco. A última medição, com parecer positivo do Núcleo de Habitação, foi encaminhada à Caixa Econômica Federal no mês de janeiro de 2013.

No período, tendo em vista a mudança na gestão do Poder Executivo Municipal, foi encaminhado ofício ao atual Secretário da Habitação solicitando uma reunião para tratar especificamente do Jardim Jaqueline.

B - Atuação judicial. Além das ações judiciais propostas no período, já elencadas no item “2.a” o núcleo acompanha, atualmente 76 ações judiciais, como se pode observar pela tabela e relatórios de acompanhamento de procedimentos administrativos – Anexo 3. No período, foram recebidos 41 processos judiciais.

Ademais, foram realizadas 02 sustentações orais no Tribunal de Justiça de São Paulo.

C - Acompanhamento de procedimentos administrativos. O núcleo acompanha atualmente 135 procedimentos administrativos e 5 pedidos de providência, tendo 141 procedimentos administrativos e pedidos de providência arquivados, cuja lista dos que estão em andamento e relatórios resumidos seguem no Anexo 3.

No período foram abertos 34 procedimentos administrativos, 8 pedidos de providência e foram realizados 12 arquivamentos.

No período, foram enviados 169 ofícios e elaboradas 03 recomendações.

D - Atendimentos coletivos. Praticamente todos os dias, de segunda à quinta-feira, são realizados atendimentos de comunidades que agendaram atendimento, seja para saber andamento de PA, seja para dar entrada em casos novos. A agenda de atendimento pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

E – Reuniões e Eventos. Além dos atendimentos coletivos, o núcleo participa de diversas reuniões, com lideranças, entidades parceiras, representantes do Poder Público, Ministério Público etc., em geral para tratar de questões relacionadas ao atendimento de comunidades específicas. Eventualmente, tais reuniões se tratam de questões mais abrangentes, que dizem respeito a diversas comunidades, ou a alguma questão genérica ligada à temática da habitação e urbanismo. Além disso, participamos de alguns eventos relacionados à temática de Habitação e Urbanismo. As atas dessas reuniões estão nos respectivos PAs e a agenda pode ser conferida no sítio eletrônico do Núcleo (Anexo 4).

F - Reuniões ordinárias. As atas das reuniões ordinárias do núcleo podem ser verificadas no Anexo 5 (ata de janeiro ainda não aprovada).

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo

No período, foi indeferido o atendimento de uma comunidade (PA nº 65/2012). Trata-se de representação encaminhada pelo Ministério Público, para atendimento de representantes da Confederação Nacional do Comércio de Empreendedores Individuais. Conforme deliberado em reunião ordinária, foi chamada reunião com os representantes, da qual participou o Dr. Bruno Miragaia, na qual foram orientados a respeito do fato de boa parte da sua demanda estar já contemplada na ação proposta por esse defensor sobre os trabalhadores informais (ambulantes), bem como o fato de outras questões pontuais não serem passíveis de intervenção judicial. Os representantes da confederação anuíram com o encaminhamento pelo arquivamento da demanda (maiores informações no PA 65/2012).

Os casos de arquivamento foram todos aprovados em plenária do núcleo e podem ser verificados nas atas dessas e nas listas dos procedimentos administrativos.